

## **O DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL DE GOIÁS E SUA RELAÇÃO COM OS INCENTIVOS FISCAIS**

### **GOIÁS AGROINDUSTRIAL DEVELOPMENT AND ITS RELATIONSHIP WITH TAX INCENTIVES**

**Aline Ferreira de Paula<sup>1</sup>**

Graduanda em Ciências Contábeis pela Unievangélica – GO.

**Ms. Ozeias Alves Lotti<sup>2</sup>**

Professor do curso de Ciências Contábeis da Unievangélica – GO.

---

<sup>1</sup> Aline Ferreira de Paula – Bacharelada no curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Anápolis (Unievangélica) - Brasil – E-mail: [afpaula009@hotmail.com](mailto:afpaula009@hotmail.com)

<sup>2</sup> Ms Ozéias Alves Lotti – Professor do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Anápolis (Unievangélica) – Brasil – E-mail: [prof.msozeias@gmail.com](mailto:prof.msozeias@gmail.com)

## Resumo

Este estudo tem como objetivo demonstrar de que forma os incentivos fiscais dados pelo governo impactaram no desenvolvimento Agroindustrial do Estado de Goiás. O programa FOMENTAR, posteriormente substituído pelo PRODUIZIR foram elementos cruciais no processo de industrialização, considerados os mais importantes em âmbito estadual nesse seguimento. Ambos são ferramentas do governo para atrair novos investimentos para o estado, e consequentemente o aumento da receita tributária estadual. Neste estudo foram utilizados elementos bibliográficos de pesquisa como livros, jornais e artigos que de certa forma contaram a história desse processo de desenvolvimento e também os impactos econômicos que isso causa as empresas que receberam esses incentivos do governo e de quebra, o impacto econômico na PIB – Produto Interno Bruto - do estado, gerando um crescimento de 32% no período de 1995 a 2011.

**Palavras-chave:** Incentivos Fiscais. Desenvolvimento Agroindustrial. Investimento. Governo Estadual.

## Abstract

This study has its goal to demonstrate in what way the tax incentives given by the government impacted in the Agroindustrial development of the State of Goiás. The program FOMENTAR, afterwards replaced by PRODUIZIR were crucial elements in the process of industrialization, considered the most important statewide, in this sequence. Both were tools of the government to attract new investments for the State, and consequently the increase of the state's tax income. In this study, bibliographic elements of research were used like books, newspapers and articles that, in some way, told the story of this development process and also the economic impacts that it causes in the companies that received these government incentives and furthermore, the economic impact on the State's GDP - Gross Domestic Product - bringing a 32% increase in the period of 1995 to 2011.

**Keywords:** Tax incentives. Agroindustrial Development. Investment. State Government.

## 1. INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970 o estado de Goiás tem ganhado destaque no que se refere ao desenvolvimento econômico e industrialização. O aumento do PIB nas últimas décadas e o crescimento da atividade e da produtividade industrial são provas de que Goiás está cada vez mais contribuindo para o aumento da economia nacional. Todo esse crescimento colocou o estado como a 9º economia do país. (CASA CIVIL, 2017)

VASCONCELOS E GARCIA (2004, pg. 2) definem a Economia como a ciência social que estuda a forma como a sociedade e os indivíduos distribuem os recursos produtivos em escassez, de forma a satisfazer as necessidades da população.

O avanço das tecnologias aplicadas á agropecuária e o avanço das agroindústrias foram ferramentas significativas nesse processo, simplificando o processo produtivo e facilitando a produção em larga escala. Com isso o setor de importações e exportações foi aquecido e Goiás foi colocado entre os maiores exportadores do país. (CASA CIVIL, 2017)

Todo esse crescimento econômico foi impulsionado pelo estado quando o governo sentiu a necessidade de alavancar a economia goiana, criando diversos programas de incentivos fiscais que tem grande participação no processo de crescimento. Programas como o

FOMENTAR e o PRODUZIR impulsionaram o investimento das empresas no estado, além de atrair novas indústrias para Goiás.

Diante de tais informações, o problema a ser abordado é: **de que forma os incentivos fiscais dados pelo estado impactaram no desenvolvimento Agroindustrial de Goiás?**

O objetivo geral deste trabalho é verificar de que forma os incentivos fiscais dados pelo estado impactaram no desenvolvimento Agroindustrial de Goiás. Já os objetivos específicos visam demonstrar as principais ações do governo estadual em relação ao desenvolvimento industrial do estado, analisando a influência dos incentivos fiscais no crescimento das indústrias goianas, e a sua importância no crescimento industrial do estado.

Este trabalho justifica-se pela grande quantidade de empresas que investiram em Goiás nos últimos anos, e continuam investindo e de que forma essas empresas tem visto em Goiás uma oportunidade de crescimento econômico devido às reduções que o governo estadual oferece no que se refere a pagamentos de tributos e o quanto o estado vem investindo para que esse crescimento seja constante.

Os diversos tipos de incentivos descritos no decorrer do artigo e seus impactos, mostrarão como tais ações do governo impulsionam a economia do estado e proporcionam um crescimento econômico considerável em Goiás e também nas empresas beneficiadas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL EM GOIÁS**

A industrialização em Goiás teve seu início por volta dos anos de 1970. Até essa época a economia goiana era basicamente baseada na agropecuária e no extrativismo. O grande cultivo de grãos como soja, milho, feijão e arroz e as condições climáticas favoráveis ao cultivo de tais produtos, fizeram com que Goiás se tornasse um dos principais produtores do Brasil.(CASA CIVIL, 2017)

Porém, para entendermos um pouco mais de como tudo ocorreu é necessário observamos um fato anterior que muito influenciou para que a industrialização goiana ganhasse força: a Revolução de 1930.

Para Maia (1986), a economia goiana, no período da revolução, não tinha condições de receber grandes empreendimentos. As estradas, que quase sempre eram

temporárias, não ofereciam condições de tráfego para veículos que possibilitavam o escoamento de produção, por exemplo; sendo assim inviável propiciar um desenvolvimento a altura da necessidade.

Outro problema era também o vago demográfico existente na região Centro-Oeste, que acarretou um movimento conhecido como a Marcha para o Oeste, que visava à povoação da região propiciando a industrialização do Centro-Oeste e de outras regiões menos povoadas do país. (MAIA, 1986)

Outros fatores que certamente contribuíram para o desenvolvimento de Goiás nesse período, foram a transferência da capital goiana da Cidade de Goiás para Goiânia, e também a construção de Brasília, Capital do Brasil. Aliado a esses dois fatos, está também a construção da BR 153, conhecida por Belém-Brasília. A BR marca um elo entre o centro do Brasil com o restante do país se tornando um importante fator de desenvolvimento para a região, como destaca Souza, Carneiro, (1996; p. 69):

A construção da nova Capital só foi possível por causa do apoio do governo federal. A construção de Goiânia teve uma ação psicológica positiva, levando os goianos a pensar no futuro e esquecer o fracasso da mineração no passado.

Mesmo com todo esse crescimento impulsionado pela nova capital goiana, o grande passo para a industrialização de Goiás foi a construção da capital do país, Brasília, em terras goianas no ano de 1950. Com isto, toda a atenção do país e principalmente de investidores se voltaram para o Estado. (MAIA, 1986).

Paralelo a isso, o poder público, por volta dos anos de 1960, sentia uma necessidade de investimentos no setor agropecuário nessa região. Nesse período, em âmbito nacional, houve inicialmente a criação da EMBRAPA – Empresa brasileira de pesquisa agropecuária, que investia em criação de tecnologias agrícolas que se adequassem ao cerrado, e que, com seus vários polos regionais tinha em Goiás a EMBRAPA/CPAC, atualmente a EMBRAPA CERRADOS. (SILVA, 2000).

Já em âmbito Estadual essas responsabilidades foram desenvolvidas em Goiás pela EMGOPA – Empresa Agropecuária do Estado de Goiás. (SILVA, 2000).

A partir deste ponto, Goiás começa a ter um significativo crescimento econômico, deixando de ser visto como um estado periférico e passando a compor a economia nacional através da sua produção agrícola considerável, quando comparado aos outros estados. O apoio de órgãos públicos foi essencial nesse momento de grande desenvolvimento do estado.

## **2.2 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL**

Em meados dos anos 80 até os anos 60, Goiás passou por uma enorme transformação econômica. Nesse período, com o aumento da produção de cereais como o milho e a soja, fez-se necessário um correto processamento desses produtos antes de sua comercialização. Com isso, um forte seguimento ganhou força na região para corresponder a todo esse crescimento: As agroindústrias. (INSTITUTO MAURO BORGES, 2012)

As agroindústrias podem ser consideradas como uma base para qualquer outra indústria de qualquer seguimento. Em seu primeiro estágio é necessário um processamento da matéria prima para que esta possa ser mais detalhadamente trabalhada pela empresa que de fato a transformará, gerando novos produtos.

A agroindústria é o conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura. O grau de transformação varia amplamente em função dos objetivos das empresas agroindustriais. Para cada uma dessas matérias-primas, a agroindústria é um segmento da cadeia que vai desde o fornecimento de insumos agrícolas até o consumidor. Em comparação a outros segmentos industriais da economia, ela apresenta certa originalidade decorrente de três características fundamentais das matérias-primas: sazonalidade, perecibilidade e heterogeneidade. (AGROINDUSTRIA NEWS, 2010)

Aliado ao clima favorável as culturas em destaque no estado na época, o fortalecimento da infraestrutura no que se diz respeito a armazenamento e transporte foi um dos grandes responsáveis pelo crescimento das agroindústrias na região. Anteriormente os itens citados eram grandes problemas que impediam que esse desenvolvimento ganhasse força, e fosse explorado de maneira mais rentável. (BEZERRA, 2004).

## **2.3 IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL**

O desenvolvimento econômico regional está fortemente ao tipo de economia que cada região explora. Em Goiás, o setor industrial é o carro chefe no que se diz respeito a crescimento e fortalecimento econômico. Nos últimos 15 anos, o estado tem ganhado destaque em relação aos outros estados quando se trata de desenvolvimento econômico. (CASA CIVIL, 2017).

De acordo com estudos do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Econômicos (IMB), Goiás faz parte da vanguarda industrial do país, destacando-se em áreas industriais como a mineração, farmacêutica, alimentícias, automobilística e produção de etanol. A ajuda do estado no que se trata de incentivos fiscais tem grande responsabilidade em

todo esse crescimento, pois atraem investimentos para o estado gerando empregos e renda. (CASA CIVIL, 2017)

Um reflexo muito importante do desenvolvimento econômico de determinada região, sem dúvidas é a geração de empregos e melhoria da qualidade de vida da população. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Goiás foi o segundo estado que mais gerou empregos no país no mês de março de 2017. Foram criados nesse período cerca de 4.300 novos postos de trabalho nos setores agropecuário e industrial.

Entre os fatores que explicam a expansão do emprego em Goiás estão a manutenção das políticas de estímulo à economia do governo do Estado, com destaque para o Produzir, programa de incentivos fiscais, as medidas de austeridade (que, entre outros benefícios, não penalizaram a economia goiana com aumento de impostos) e a política de divulgação das potencialidades do Estado no exterior por meio das missões comerciais. Além disso, expansão do emprego deve se acelerar com a instalação dos últimos empreendimentos privados anunciados ao longo dos últimos meses. (SECRETARIA CIDADÃ, 2017)

Esse crescimento provoca um efeito muito importante na economia. Com a grande produção de commodities, faz-se necessário um correto processamento desses produtos ocasionando assim o surgimento e crescimento de outros setores industriais e também aquecendo o setor de serviços e transportes. E através disso surge a necessidade de mão de obra qualificada, estimulando cada vez mais a população a procurar novas especializações, para suprir as necessidades do mercado e gerar competitividade. (CASTRO, 2016)

Goiás também se torna referência em exportação dessas commodities, e reduz assim o custo de diversos produtos consumidos no estado, e gerando renda e empregos através da exportação desses produtos. Em 2015 a balança comercial somou cerca de 550,840 milhões de reais em exportações, sendo a soja, o milho e a carne os líderes de exportação. (DIARIO DE GOIÁS, 2016)

## **2.4 CONCEITO DE INCENTIVOS FISCAIS**

O estado, no exercício de seu poder necessita de meios financeiros e pessoais para cumprir suas designações institucionais. Para isso o poder público necessita de meios para aplicar e arrecadar recursos para a continuidade da máquina pública. (OLIVEIRA, 2009).

Uma das principais formas de arrecadação de receitas públicas são os tributos. Sejam eles municipais, estaduais ou federais, ambos são desisgnados a suprir as necessidades da sociedade e cobrir as despesas públicas visando o bem estar da sociedade. Boa parte desses

tributos é de origem empresarial e são regidos através de Leis que se enquadram em cada tipo de sociedade, podendo muitas vezes, receber benefícios por parte do estado.

A fim de estimular a economia de determinada região, é comum que o governo crie políticas públicas de incentivo às indústrias. Uma política muito comum e bastante explorada em Goiás são os chamados incentivos fiscais, que, além de atrair novos investimentos o estado também visa aumentar sua receita tributária. (OLIVEIRA, 2009).

Para Fabretti (2017), os incentivos fiscais são uma renúncia por parte do poder público de uma fatia ou da totalidade de determinado tributo, visando assim, o desenvolvimento de determinada região ou seguimento desde que, este siga os requisitos impostos pelo ente público, e também uma forma de atrair novos investimentos e consequentemente aumentar a sua receita fiscal.

## **2.5 ESPÉCIES DE INCENTIVOS FISCAIS**

Basicamente, os incentivos fiscais são divididos em três categorias: a isenção, a redução na base de cálculo e o crédito presumido ou outorgado. Esses incentivos enquadram-se no que é chamado de elisão fiscal, que, diferente da evasão fiscal são formas legais de redução de impostos através do planejamento tributário, enquanto que é a evasão fiscal acontece quando há a sonegação do imposto, ou seja, o não recolhimento de forma ilegal. (FREITAS, 2015)

A isenção, é a dispensa total de determinado tributo que normalmente seria devido, mas, amparado por lei, é dispensado legalmente. A redução na base de cálculo é um benefício bastante comum em relação ao ICMS. Trata-se de uma isenção parcial em que apenas parte do tributo deixa de ser recolhido. Já o crédito presumido consiste em uma “extraordinária permissão de crédito” que beneficia o contribuinte com uma redução no recolhimento do imposto, uma espécie de desconto extra. (FREITAS 2015).

## **2.6 DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL E OS INCENTIVOS FISCAIS EM GOIÁS**

Na década de 1980, as políticas públicas eram grandes aliadas do governo público no que se referia a desenvolvimento e crescimento econômico. Essas políticas visavam uma melhora na arrecadação da receita pública.

Em Goiás os primeiros passos em relação a incentivos foram a criação do FOMENTAR através da Lei nº 9.489/1984, que consistia na redução em 70% do imposto apurado a recolher por um período de cinco anos, gerando juros de 2,4% ao ano sem incidência de correção monetária, enquanto os outros 30% deveriam ir para os cofres públicos mês a mês regularmente. O programa obteve grande êxito na aprovação de mais de 1000 projetos. (PASCHOAL, 2001)

Porém, em um período de grande inflação, houve a desvalorização da dívida devido a não incidência da correção. Ao longo de sua existência, o FOMENTAR sofreu diversas modificações através de leis e decretos, somando mais de 30 no total. Durante sua vigência, diversas irregularidades foram constatadas como, por exemplo, “a falta de conta específica as porcentagens arrecadadas e financiadas separadamente (30% e 70%)” (PASCHOAL, 2001).

O programa, porém, não atingiu um dos seus objetivos, que era de promover a desconcentração econômica, sendo as cidades de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Catalão e Rio Verde, as principais beneficiadas com o incentivo, sendo essas também as mais desenvolvidas economicamente. Mas apesar dos problemas, o FOMENTAR foi um dos principais responsáveis pela instalação de grandes empresas no estado (PASCHOAL, 2001).

No ano de 1999 esse projeto foi extinto e substituído pelo Programa de Desenvolvimento Industrial o PRODUZIR.

“Produzir é o Programa do Governo do Estado de Goiás que incentiva a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual com ênfase na geração de emprego, renda e redução das desigualdades sociais e regionais.” (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DE GOIÁS, 2017).

De acordo com a Secretaria de desenvolvimento de Goiás, o PRODUZIR consiste em um parcelamento do ICMS para empresas de médio e grande porte que tenham faturamento anual acima de R\$ 3.600.000,00 reais fazendo com que o custo de seus produtos seja diminuído e ganhe competitividade no mercado. O programa é subdividido em várias subcategorias como o Microproduzir, Logproduzir, Comexproduzir, entre outras, que cada com suas particularidades, oferecem diversas opções para as empresas beneficiárias a que se enquadram. O limite de financiamento do ICMS para este benefício pode chegar até 73%.

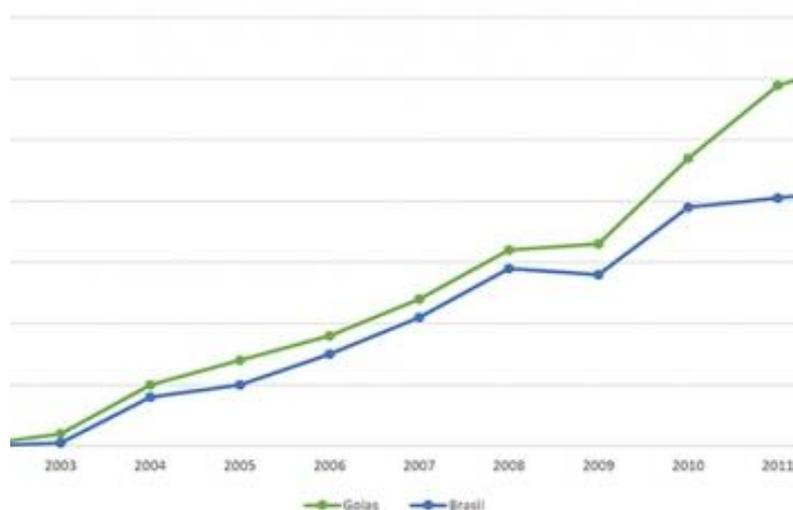
Um dos seus principais objetivos era corrigir os erros do programa anterior. Com a lei nº 16.285/2008 foi permitido às empresas beneficiárias do FOMENTAR migrar para o

PRODUZIR e reformular seus projetos. O programa entrou em operação em 2001. Até 2012 Foram encerrados mais de 200 projetos e 140 ainda estavam dentro do período de utilização. Já o PRODUZIR aprovou quase 1400 projetos entre 2001 e 2012, sendo que 650 desse total foram contratados. (INSTITUTO MAURO BORGES, 2016)

“Nos anos 2000, o bom desempenho da economia goiana deveu-se principalmente a investimentos industriais que foram responsáveis pelo adensamento das cadeias produtivas do agronegócio e diversificação da estrutura produtiva do Estado.” (INSTITUTO MAURO BORGES, 2017).

Atrelado aos incentivos oferecidos pelo governo está o crescimento da indústria na participação do PIB local que passou de 20,43% em 1995 para 26,8% em 2011. Esse crescimento não está ligado somente aos benefícios fiscais oferecidos pelo estado. A localização estratégica, o desenvolvimento de infraestrutura, e a mão de obra qualificada, abundância de matéria-prima, por exemplo, são fatores que também contribuíram para todo esse dinamismo da economia local. De acordo com IBGE, o PIB de Goiás que em 1995 compunha 2,05% do PIB nacional passou a ser de 2,69%, um crescimento de 32%, enquanto a região centro oeste obteve um crescimento na participação de apenas 13,79%. (INSTITUTO MAURO BORGES, 2017).

O gráfico a seguir sinaliza o crescimento econômico de Goiás, comparado ao do Brasil no período de 2003 a 2011:



Fonte: IBGE, IMB. Elaboração: Goiás Industrial. Indicadores – 2013

## 2.7 RECONHECIMENTO E CONTABILIZAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 19.4, que trata dos Incentivos Fiscais, Subvenções, Contribuições, Auxílios e Doações Governamentais, os incentivos fiscais são reconhecidos a partir do momento em que se tiver certeza de que o benefício será concedido, e a entidade beneficiada irá cumprir todas as exigências estabelecidas entre as partes.

Já a Contabilização desses benefícios, que anteriormente eram registrados em uma conta de reservas de capital no Patrimônio Líquido, passam a ser registrados como receita na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE - gerando assim, impactos nos resultados da entidade.

Porém, para o registro correto desses benefícios, devem ser criadas contas específicas de receita, especificando o tipo de benefício. Em relação as receitas dos benefícios fiscais, são necessárias também algumas observações quanto as notas explicativas, como trata a NBC T 19.4 a seguir:

### 19.4.7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

19.4.7.1. As notas explicativas relativas a esta norma devem conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) os valores recebidos por tipo de benefício: incentivos fiscais, subvenções, contribuições, auxílios, perdão de empréstimos subsidiados e doações;
- b) critérios contábeis adotados, quando do registro dos benefícios recebidos;
- c) principais compromissos assumidos pela entidade por conta dos benefícios recebidos;
- d) potenciais ganhos ou perdas em decorrência do cumprimento ou descumprimento de compromissos de que trata esta norma;
- e) contingências relativas aos benefícios de que trata esta norma.

Higuchi (2010) Trata de forma bem simples um exemplo de como seria a contabilização do ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e desse incentivo na contabilidade:

No mês da venda de mercadoria, as empresas contabilizam o valor do ICMS na conta de despesa tributária e a crédito de ICMS a pagar. No vencimento do débito, o valor da redução de 90% ou 95% é debitado na conta de ICMS a pagar e o crédito vai para a conta de resultado.

Deste modo, o crédito gerado passa a integrar a receita da empresa, o que impactará no resultado final e nos tributos incidentes sobre o lucro.

### 3. CONCLUSÃO

Este artigo permitiu o estudo dos impactos econômicos provocados pelos incentivos fiscais oferecidos no estado de Goiás e verificar o crescimento econômico do estado desde a década de 1930, sobretudo pelos programas FOMENTAR E PRODUZIR, principais incentivos fiscais presentes no estado.

Com o início do processo de industrialização e povoação do Centro-Oeste brasileiro marcado pela marcha para o oeste motivou-se um processo de crescimento econômico do estado. A baixa infraestrutura foi aos poucos dando lugar a um grande investimento em transformação e crescimento, juntamente com grandes transformações políticas acarretadas pela mudança da capital goiana e criação de Brasília, o que atraiu muitos olhares e despertou interesses do país todo.

O crescimento verificado na economia e no agronegócio veio como resposta a ações públicas e investimentos por parte do governo. Os incentivos criados foram motivos para que um grande número de indústrias se instalasse em Goiás. A redução da carga tributária e consequentemente o aumento da receita fizeram do Estado um ótimo lugar para se investir. Goiás teve em seu PIB – Produto Interno Bruto – um crescimento de 32% entre os anos de 1995 e 2011, de acordo com o Instituto Mauro Borges que, quando comparado ao crescimento em toda região centro-oeste, que foi de apenas 13,79%, é possível observar a expressão do crescimento econômico neste período em Goiás.

O impacto social gerado no que diz que respeito à geração de emprego e renda, com a vinda de novas indústrias para o Estado foi enorme e, com isso houve a necessidade de mão de obra qualificada para atender essas indústrias, incentivando a população a buscar qualificação profissional e consequentemente elevar sua qualidade de vida e sua renda.

Internamente nas empresas, os incentivos proporcionam um redirecionamento de uma parte financeira poupada na carga tributária, possibilitando, por exemplo, que a empresa faça novos investimentos em tecnologia ou infraestrutura. Contabilmente, os incentivos não só reduzem a carga tributária, mas refletem diretamente na receita líquida da entidade.

Todo esse processo está presente ainda nos dias atuais. Constantemente vemos empresas do estado de Goiás se destacando em âmbito nacional dentre as que mais investem em suas atividades e impulsionam a economia do estado. Tudo isso é reflexo do processo que

teve início a décadas atrás, e até hoje é possível ver suas consequências e impactos constantes na economia do estado e do país

#### 4. REFERÊNCIAS

AGROINDUSTRIA NEWS. **Agroindústria.** Disponível em: <http://agroindustrianeWS.blogspot.com.br/2010/06/definicao-de-agroindustria.html>>. Acesso em 21 de maio de 2017.

BEZERRA, Luiza Maria Capanema. **O Desenvolvimento Agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do Estado de Goiás.** *Caminhos da Geografia.* Uberlândia, v. 12. Junho, 2014.

CASA CIVIL. **Desenvolvimento industrial transforma perfil econômico de Goiás.** Disponível em: <<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/168876/desenvolvimento-industrial-transforma-perfil-economico-de-goias>>. Acesso em: 07 de maio de 2017.

CASTRO, José Roberto. **As commodities e seu impacto na economia do Brasil** Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/explicado/2016/03/31/As-commodities-e-seu-impacto-na-economia-do-Brasil>>. Acesso em 21 de outubro de 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC T 19.4, de 28 de novembro de 2015 - **Incentivos Fiscais, Subvenções, Contribuições, Auxílios e Doações Governamentais.** Disponível em: [http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/nbct19\\_1.htm](http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/nbct19_1.htm)>. Acesso em 30 de setembro de 2017.

DIARIO DE GOIÁS. **Soja, milho e carnes lideram exportação recorde de Goiás em 2015.** Disponível em: <<http://diariodegoias.com.br/noticias/economia/21550-soja-milho-e-carnes-lideram-exportacao-recorde-de-goias-em-2015>>. Acesso em 21 de maio de 2017.

FABRETTI, Lúdio Camargo. **Contabilidade Tributária.** 16 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FREITAS, Carlos Ivar Carrasco de. **Guia do Faturista.** 2ed. São Paulo: IOB SAGE, 2015.

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fábio Hiroshi; HIGUCHI, Celso Hiroyuki. **Imposto de Renda das Empresas: Interpretação e prática.** 35ª ed. São Paulo: IR Publicações, 2010.

GOIÁS INDUSTRIAL. **PORQUE GOIÁS: Economia.** Disponível em <http://www.goiasindustrial.com.br/porquegoias/economia>. Acesso em 19 de Dezembro de 2017.

INSTITUTO MAURO BORGES. **O Programa FOMENTAR/PRODUZIR - Informações e Análises para o Estado de Goiás e suas Microrregiões.** *Conjuntura Econômica Goiana*, nº 22. Setembro, 2016.

INSTITUTO MAURO BORGES. **Programa Fomentar/Produzir Informações e Análises para o Estado e Microrregiões de Goiás.** Julho de 2012.

MAIA, Valter Estácio. **Economia de Goiás.** 2 ed. Goiânia: Editora da UCG, 1986.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária.** 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PASCHOAL, Júlio Alfredo Rosa. **O Papel do Fomentar no processo de estruturação industrial de Goiás - 1984 a 1999.** Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2001. (Dissertação de Mestrado)

SECRETARIA CIDADÃ. **Goiás é o Segundo Estado na geração de emprego no País.** Disponível em: <<http://www.secretariacidada.go.gov.br/index.php/goias-e-o-segundo-estado-na-geracao-de-emprego-no-pais>>. Acesso em 28 de maio de 2017.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DE GOIÁS. **Sobre o programa PRODUZIR.** Disponível em < <http://www.sed.go.gov.br/post/ver/193331/produzir>>. Acesso em: 21 de maio de 2017.

SILVA, Lilian Leandro. **O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de cerrado entre as décadas de 60 e 80.** *Caminhos da Geografia*. V. 1, n. 2, p. 24-36, dez/2000.

SOUZA, Cibeli de; CARNEIRO, Maria Esperança F. **Retrospectiva Histórica de Goiás: da colônia a atualidade.** Goiania: Livraria Cultura Goiana, 1996.

VASCONCELLOS, Marcos Antônio s., GARCIA, Manoel,. **Fundamentos de economia.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.